

**UNICEPE: HISTÓRIA DE UMA COOPERATIVA
LIVREIRA QUE SOBREVIVEU AO ESTADO NOVO¹**

**UNICEPE: THE HISTORY OF A BOOK
COOPERATIVE THAT SURVIVED THE *ESTADO NOVO***

*Inês Costa*²

Resumo: As cooperativas livreiras são, porventura, uma das faces menos visíveis dos contributos para a história do livro em Portugal no século XX. Pretende-se, por isso, através de um estudo de caso, subsidiar essa história e dar visibilidade a uma das cooperativas que mais terão contribuído para democratizar o acesso ao livro entre os estudantes universitários do Porto e promover a sua formação literária e social: a UNICEPE. Uma cooperativa fundada em 1963, que resistiu ao período do Estado Novo e que se mantém em atividade até hoje, sendo um marco cultural da cidade. Através da recolha e análise de fontes orais e impressas, procuramos dar a conhecer o processo de fundação da

¹ A autora agradece à Direção da UNICEPE, pela permissão para consulta dos livros de atas e do ficheiro digitalizado do processo da PIDE/DGS referente à UNICEPE, e a José Alberto Monteiro, Laura de Jesus e Rui Vaz Pinto, pela disponibilidade em conceder as entrevistas.

² Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Universidade de Aveiro: inesmmcosta@ua.pt, <https://orcid.org/0000-0003-0398-1791>.

UNICEPE, identificar os seus fundadores, enunciar as suas principais atividades e explicar como conseguiu sobreviver ao Estado Novo, enquanto outras falharam.

Palavras-chave: História do livro; Cooperativismo; Movimento estudantil; Porto

Abstract: Book cooperatives are one of the lesser-known contributions to the Portuguese book history in the twentieth century. This paper intends to contribute to that history, highlighting one of the cooperatives that most contributed to the democratization of the access to books among the university students in Oporto: UNICEPE. This book cooperative has always aimed to promote the literary and social development of the students and it stands as a cultural landmark in the city. UNICEPE was founded in 1963, withstood the *Estado Novo* period and remains active up to the present. Drawing on oral and written sources, this brief study aims to report about the foundation of UNICEPE, identifying its founders, describing its main activities and discussing how it survived the *Estado Novo* while others failed.

Keywords: Book history; Cooperativism; Student movement; Oporto

Introdução

No enquadramento do escopo do presente capítulo, cumpre sublinhar algumas obras, mais ou menos recentes, de investigadores que se dedicaram a documentar a história do livro em Portugal no século XX, nomeadamente, e sem aspirar à exaustividade, *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970* (2010) e *O livro no Portugal contemporâneo* (2018), de Nuno Medeiros; *A edição em Portugal (1970-2010): percursos e perspectivas* (2012) e *Democracia do livro em Portugal* (2019), de Rui Beja; *Mercadores de letras. Rumos e estratégias dos editores e livreiros na divulgação cultural durante o Estado Novo (1933-1974)* (2009), de Pedro Pereira Leite; *Livros que tomam partido. Edição e revolução em Portugal - 1968-1980* (2019), de Flamarion Maués³. A estas, somam-se vários estudos de caso que subsidiaram o aprofundar do conhecimento nesta área, retratando, sobretudo, o percurso histórico de editores, casas editoriais e livrarias portuguesas – e.g. *A & etc de Vitor Silva Tavares: narrativa histórico-sociológica* (2018), de Emanuel Cameira; *D'O Recreio à Livraria Romano Torres: edição para o grande consumo no Portugal contemporâneo* (2018), de Nuno Medeiros; *História e Património da edição: a Romano Torres* (2016), de Daniel Melo; *Editor Contra: Fernando Ribeiro de Mello e a Afrodite* (2015), de Pedro Piedade Marques; *Livraria Sá da Costa: uma livraria e editora através da História (1913-2011)* (2011), de

³ Certamente relevantes do ponto de vista histórico, refira-se, ainda, *Inquérito ao livro em Portugal (volumes 1 e 2)* (1944), de Irene Lisboa; e *Livrarias e livreiros 1945 – 1994. Histórias portuenses* (1994), de Carlos Porto.

Marta Oliveira; *Civilização Editora: 130 anos no universo familiar dos livros* (2009), de Nuno Cravo; *O comércio alfarrabista no século XX: a Livraria Académica* (2010), de Eva Gomes; e *Relatório de Estágio nas Edições Afrontamento* (2011), de Henriqueta Antunes. Muitos destes estudos de caso resultaram de investigações conducentes aos graus de Doutor e Mestre nas áreas da Sociologia e dos Estudos Editoriais, demonstrando a relevância do seu contributo no que respeita à produção académica dedicada à história do livro em Portugal.

Não obstante a abrangência dos estudos referidos, subsiste um segmento ainda por explorar: o das cooperativas livreiras. Em Portugal, na década de 1960, operaram em simultâneo três cooperativas que tiveram grande impacto na comunidade estudantil dos centros urbanos onde se encontravam inseridas: a LIVRELCO, em Lisboa; a UNICEPE, no Porto; e a UNITAS, em Coimbra. Este capítulo debruça-se sobre a única que continua em funcionamento, a UNICEPE. Pretende dar-se a conhecer os motivos da sua fundação, identificar os fundadores, enunciar as atividades que promoveu ao longo das últimas seis décadas, particularmente durante o Estado Novo, e explicar como subsistiu a um regime autoritário que a considerava indesejável. Espera-se que este contributo possa ser um ponto de partida para um estudo mais aprofundado, subsidiando a história cultural portuguesa do século XX.

Assim, para reconstituir o percurso histórico da UNICEPE, desde a sua fundação até aos dias de hoje, recorreu-se a consultas bibliográficas, bem como à recolha de fontes orais e impressas. As fontes impressas englobaram o registo notarial de constituição da cooperativa; o anúncio da sua fundação em Diário de Governo; as atas das assembleias gerais (de 2 de dezembro de 1963 a 25 de abril de 1968) e das reuniões dos corpos gerentes (de 26 de maio de 1969 a 5 de abril de 1976); o arquivo da PIDE/DGS, onde é possível encontrar os primeiros estatutos da cooperativa, aprovados em 1963; as edições dos jornais *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto* e

Jornal de Notícias nas duas semanas seguintes à data de constituição da UNICEPE; e alguns boletins destinados aos associados. Foram realizadas entrevistas a três sócios com um papel particularmente relevante na história da cooperativa: Rui Vaz Pinto, atual Presidente da Direção; Laura de Jesus, ex-funcionária que continua a colaborar voluntariamente com a cooperativa; e José Alberto Monteiro, ex-funcionário que acompanhou a criação e os primeiros momentos da UNICEPE e participou diversas vezes em cargos gerentes⁴.

Em virtude da natureza da própria UNICEPE, torna-se relevante preceder o retrato do seu percurso com a clarificação do que distingue uma cooperativa livreira de uma livraria. Ainda que seja indubitável que, na sua generalidade, as livrarias constituem mais do que meros pontos de venda, revelando-se espaços fundamentais de fomento cultural e debate intelectual, cumpre esclarecer que as cooperativas se regem por rígidos princípios associativos, em que a preocupação social se sobrepõe continuamente à comercial. O seu objetivo não é o lucro, mas servir os sócios ou consumidores em geral⁵. Para João Dias Agudo, uma cooperativa de consumo define-se como

[...] uma empresa de carácter económico e uma associação de fins morais e sociais; empresa de carácter económico porque procura para os sócios benefícios que se ligam à satisfação de suas necessidades de alimentação, agasalho, etc.; e associação de fins morais e sociais, porque, em regra, a cooperativa de consumo também exerce uma acção na vida do espírito dos sócios, quer no campo da cultura e da sua formação, quer no do bom emprego do tempo disponível: recreio, viagens, etc.⁶

⁴ A entrevista a Rui Vaz Pinto e Laura de Jesus foi realizada no dia 10 de novembro de 2015. A entrevista a José Alberto Monteiro realizou-se a 25 de novembro de 2015.

⁵ João Dias AGUDO, *Cooperativas de consumo*. Lisboa, Livros Horizonte, 1980, p. 69.

⁶ J. D. AGUDO, op. cit., p. 69.

De facto, como veremos, a UNICEPE procurou sempre não só beneficiar os seus sócios na aquisição de livros, mas sobretudo exercer influência no panorama cultural. Perante um regime ditatorial, que reprimia iniciativas de associações de cidadãos e impunha políticas de controlo e censura dos meios de comunicação social e da produção e disseminação de bens culturais⁷, os próprios princípios cooperativos constituíam uma antítese de tudo aquilo que o estado representava. Segundo Rui Namorado, e de acordo com a Aliança Cooperativa Internacional, esses princípios resumem-se em seis pontos: adesão voluntária e aberta (que implica que não haja restrições artificiais nem discriminações sociais, políticas, raciais ou religiosas); administração democrática (um sócio, um voto); juro limitado ao capital; excedentes pertencentes aos sócios e distribuídos de maneira a que se evite que um indivíduo obtenha ganhos à custa de outros; promoção da educação e prática da intercooperação⁸.

Nos anos 1960 e 1970, e diante de uma juventude altamente politizada e motivada para a intervenção social, pertencer a uma cooperativa, especialmente num ambiente urbano, seria o mais perto do associativismo a que se poderia ambicionar chegar.

⁷ Sobre a censura e as políticas do livro em Portugal durante o Estado Novo, aconselha-se a consulta de *Breve História da Censura em Portugal* (1980), de Graça Almeida Rodrigues; *Mutiladas e Proibidas. Para a História da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo* (1997) e *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano: imprensa, teatro, televisão, radiodifusão, livro* (1999), ambos de Cândido de Azevedo; e *Os Segredos da Censura* (1994), de César Príncipe.

⁸ Rui NAMORADO, *Os princípios cooperativos*. Coimbra, Fora do Texto, 1995, pp. 57-98.

A fundação e os fundadores

A UNICEPE foi idealizada, nasceu e deu os primeiros passos na República 24 de Março. Esta república, fundada em outubro de 1963, na cidade do Porto, era composta por jovens estudantes universitários deslocados que procuravam, em regime de comunidade, fazer face às despesas de alojamento. O nome escolhido para a república denota a posição antissalazarista dos seus fundadores, surgindo no rescaldo da crise académica de 1962. Esta crise terá começado a desenhar-se quando, a 25 de novembro de 1961, uma manifestação de estudantes contra a Guerra Colonial acabou com a intervenção policial e centenas de jovens presos e agredidos, mas atingiu o seu pico a 24 de março de 1962, quando Salazar decretou a proibição da celebração do Dia do Estudante e deu ordem para a intervenção armada da PSP dentro da cidade universitária que, em consequência, originou violentos confrontos. Os meses que se seguiram marcaram um período de intensa agitação estudantil escalada pela violência e repressão do regime e que levou à prisão e suspensão ou expulsão de alguns jovens do ensino universitário⁹. Um deles, Mateus Vítor Branco, foi um dos oito fundadores e primeiros moradores da República 24 de Março. Na verdade, segundo Zeferino Coelho, foi também dele que “partiu a iniciativa da criação da UNICEPE. O Vítor viera de Lisboa e trazia com ele a experiência da Livrelco”¹⁰.

Esta transferência para o Porto de alguns estudantes das universidades de Lisboa e a agitação que trouxeram à “sociedade portuense nessa altura muito fechada, retrógrada, provinciana,

⁹ Guya ACCORNERO, *Efervescência Estudantil: Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.

¹⁰ António VIEIRA, Cipriano RICARDO, Dario MARTINS, *R24. Memórias da República 24 de março*. Porto, 2013, p. 60.

tacanha”¹¹ são também testemunhadas por Roberto Amaral (fundador da República 24 de Março e da UNICEPE):

A República 24 de Março foi também um local de encontro e de debate entre estudantes das várias Faculdades da Universidade do Porto que, na altura, foram enriquecidas com um grande número de transferências de alunos expulsos das suas Universidades em Lisboa, em consequência da sua participação no movimento estudantil que deu origem à crise académica de 1961/1962.¹²

Foi neste ambiente de “inconformidade, de criatividade, de irreverência e de resistência”¹³ que surgiu a ideia de criar a UNICEPE. Na verdade, o quarto do rés do chão da república, situada no n.º 29 da Rua da Maternidade, foi a sua primeira sede, quando a atividade ainda se resumia à venda dos fascículos da sebenta de Matemática adotada pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (atual Instituto Superior de Economia e Gestão), em Lisboa¹⁴.

Quatro dos oito fundadores da República 24 de Março acabaram por ser também fundadores da UNICEPE, tendo os restantes tido um papel igualmente ativo, chegando a ocupar cargos nos corpos gerentes. De acordo com o registo de constituição de sociedade, lavrado no 6.º cartório notarial do Porto, no dia 19 de novembro de 1963, os fundadores da UNICEPE foram: Amílcar Manuel Ribeiro da Costa e Silva, Manuel Domingos de Sousa Pereira, João Huet Viana Jorge, Maria José Castro Carrão Bento, João Agostinho Aguiar Pereira Camacho, Francisco Manuel da Rocha Moreira, João Manuel Gonçalves de Azevedo, Roberto de Sousa Rocha Amaral, Manuel Jorge Ferreira Gonçalves e João Abel de Freitas. À data eram todos

¹¹ A. VIEIRA, C. RICARDO, D. MARTINS, op. cit., p. 61.

¹² A. VIEIRA, C. RICARDO, D. MARTINS, op. cit., p. 18.

¹³ A. VIEIRA, C. RICARDO, D. MARTINS, op. cit., p. 61.

¹⁴ A. VIEIRA, C. RICARDO, D. MARTINS, op. cit., p. 18.

estudantes, com exceção de Manuel Pereira que era engenheiro, com idades compreendidas entre os 21 e os 24 anos¹⁵.

No mesmo registo ficaram assentes os estatutos da sociedade, dizendo o artigo primeiro:

É fundada e será regida por estes estatutos a sociedade cooperativa de consumo, sob a denominação de “Unicepe – Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto” – Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, que terá sede no Porto.

O artigo terceiro refere os fins da cooperativa:

- a) adquirir e distribuir exclusivamente entre os associados, livros, folhetos, revistas, jornais, artigos escolares e quaisquer outros considerados de interesse para os mesmos;
- b) promover todas as actividades necessárias para a elevação do nível técnico, profissional e cultural dos seus associados;
- c) entrar em contacto com Cooperativas similares e outras organizações, tendo em vista uma melhor cooperação; e,
- d) promover quaisquer actividades úteis aos associados e permitidas por lei.

Sobre a elaboração destes estatutos, Zeferino Coelho, que frequentava e chegou a morar na República 24 de Março e é sócio n.º 11 da UNICEPE, relata o seguinte:

Lembro-me perfeitamente do que foi o trabalho de elaboração dos estatutos. [...] Foram elaborados uns estatutos sobrecarregadíssimos de artigos, em que abundavam sobretudo os fins pragmáticos a que a cooperativa devia dedicar-se. Foi uma grande frustração quando, antes de os registar no notário, os fomos mostrar ao Armando Castro, advogado antifascista [...]. O Armando Castro leu aquilo, sorriu, e reduziu os estatutos à sua expressão

¹⁵ Arquivo Central do Porto. Registo de constituição de sociedade, lavrado no 6.º Cartório Notarial do Porto e localizado no livro D-8 a folhas 3.

mais simples. O objectivo era não dar ao notário o menor pretexto para não os registar. Na época, constituir uma associação precisava da autorização do Governo Civil, o que, para ser obtido, exigia boas informações políticas, de que não dispúnhamos. Por isso a criação de uma cooperativa era uma alternativa. Mas era preciso actuar discretamente e sem fazer ondas.¹⁶

O anúncio da constituição da cooperativa passou relativamente despercebido nos principais periódicos da cidade do Porto na altura. Consultadas as edições de *Jornal de Notícias*, *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro* nas duas semanas que se seguiram ao registo notarial¹⁷, apenas no primeiro periódico, a 22 de novembro de 1963, é feita referência ao certificado cartorial da constituição de uma sociedade cooperativa sob a forma de Sociedade Anónima de Responsabilidade, Limitada, com a denominação de «UNICEPE» - Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto, indicando a sua finalidade, capital mínimo e máximo e condições essenciais para admissão de sócios. É possível que este anúncio tenha sido proposto pelos próprios fundadores da UNICEPE, pois, de acordo com João Dias Agudo, um dos requisitos obrigatórios para a constituição de uma cooperativa de consumo é

[p]ublicar os estatutos no *Diário da República* e, a seguir, num jornal local, sendo conveniente adquirir vários exemplares deste último referentes ao dia da publicação, pois virão a ser necessários em ulteriores trâmites burocráticos.

Elementos essenciais dos estatutos para esta publicação: Denominação social, sede, fins, capital social, capital individual, condições de admissão dos associados e indicação do notário que lavrou a escritura.¹⁸

¹⁶ A. VIEIRA, C. RICARDO, D. MARTINS, op. cit., p. 60.

¹⁷ Foram consultadas todas as edições de *Jornal de Notícias*, *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro*, entre os dias 20/11/1963 e 05/12/1963.

¹⁸ J. D. AGUDO, op. cit., p. 102.

De facto, é possível confirmar que um texto com igual teor foi publicado no *Diário de Governo* de 6 de dezembro de 1963, N.º 286, III Série, páginas 3511 e 3512.

Menos discreta foi a publicidade feita junto da comunidade estudantil portuense. Os responsáveis da UNICEPE imprimiram um folheto na Tipografia do Carvalhido, com uma tiragem de 1000 exemplares (Fig. 1). O passa-palavra funcionou e o número de associados cresceu rapidamente nas primeiras semanas, podendo comprovar-se pela ata de posse dos Corpos Sociais, lavrada a 16 de dezembro de 1963, que faz referência ao sócio n.º 222.

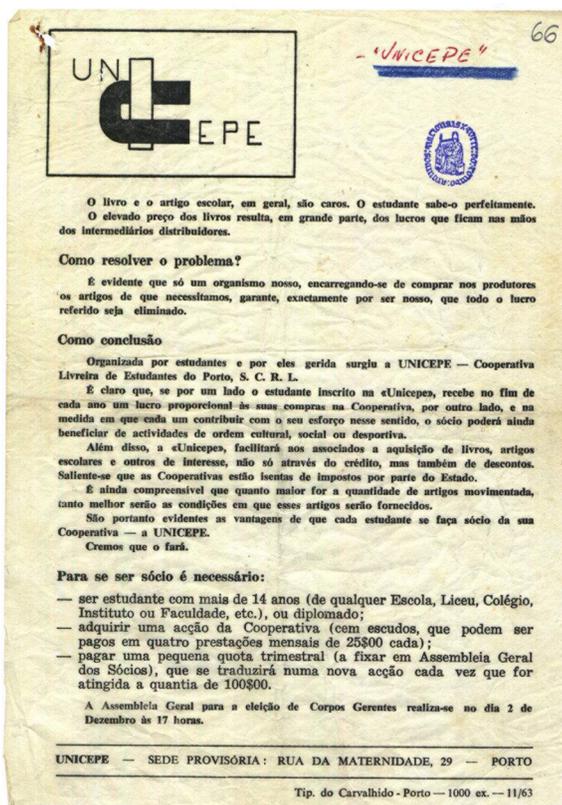


Figura 1 – Folheto de divulgação. Fonte: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fl. 66.

A agitação estudantil acabou por chamar a atenção de altos cargos da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) que, a 11 de dezembro de 1963, recebem a informação de ter sido criada uma Sociedade Cooperativa no Porto cujos elementos que compõem os corpos gerentes são todos “esquerdistas confessos e alguns pró-comunistas”. A mesma fonte alerta:

Esta cooperativa no Porto está a criar um problema que requer bastante atenção, pois é o centro onde todo o movimento associativo se apoia e donde saem diretrizes para a formação de novas Associações estudantis.

Já elaboraram um projecto de estatutos para a associação de Engenharia, estão a trabalhar activamente para se infiltrar na Associação de Farmácia que até agora era controlada pelos direitas e também já há uma comissão formada para a elaboração de estatutos para a criação de uma associação em Medicina.¹⁹

O Diretor da Secção Central da PIDE solicita informações internas relativas aos fins da cooperativa e aos antecedentes políticos de nove dos seus fundadores (a informação não era precisa, pois um dos nomes está incorreto e faltou mencionar um dos dez fundadores). No dia seguinte, a 12 de dezembro de 1963, Raúl Rosa Porto Duarte, Subdiretor da Delegação do Porto da PIDE, responde enviando um relatório detalhado da primeira Assembleia Geral da UNICEPE e informa que estão a recolher, com urgência, informações acerca da idoneidade política dos estudantes que constituem os Corpos Gerentes, alertando para as suas “tendências políticas muito suspeitas”. O referido relatório não acrescenta novas informações,

¹⁹ Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fl. 60.

no entanto demonstra que a PIDE estava atenta e assistiu à primeira Assembleia Geral recorrendo a um agente disfarçado de estudante.

Em março de 1964, o subdiretor supracitado envia um relatório mais extenso, detalhando informação relativa aos fundadores e corpos gerentes da UNICEPE, designadamente filiação, ocupação, morada, tendências políticas e antecedentes.

A implementação e a expansão

Logo após o período embrionário na República 24 de Março, a UNICEPE instalou-se na Rua José Falcão n.º 150, chegando a ocupar duas salas do edifício. No entanto, foi no n.º 128-A da Praça Carlos Alberto que se fixou alguns meses depois e onde mantém atividade até hoje.

A consulta das atas e recolha de testemunhos orais permitiram confirmar que chegou a operar em outros pontos do país através de delegações e filiais. Houve um segundo espaço aberto ao público no Porto, na Rua Faria de Guimarães, que foi extinto depois do 25 de Abril, e outras duas filiais: em Santarém e em Viseu. No Porto, chegou a ter cerca de 20 funcionários e foi necessário arrendar um espaço na Rua do Carmo exclusivamente para instalar o pessoal administrativo.

A filial de Santarém é mencionada nos relatórios da PIDE/DGS, num documento com o título “Actividades suspeitas” que refere a organização de uma exposição de livros para venda ao público, uma exposição de pintura e vários colóquios, diálogos e conferências. Nessas conferências terão participado personalidades como Sérgio Ferreira Ribeiro, Isabel da Nóbrega, José Cardoso Pires e Natália Correia, debruçando-se sobre temas como *A mulher e a economia*, *As ideologias e a situação social da mulher* e *A Mulher e o amor*. O mesmo documento expõe a identidade e dados pessoais de vários alegados colaboradores nestas atividades e esclarece que um deles,

António Feliciano Bento Vintém, “é o principal colaborador e mentor dos dirigentes da UNICEPE em Santarém, tendo sido detido pela PIDE em princípios do corrente mês” e que outro, Jorge Manuel Raimundo Custódio, “distribuiu propaganda subversiva”. Conclui que “dados os antecedentes dos dois estudantes acima referidos e tendo-se em conta a classe dos assistentes à reunião, tudo leva a crer serem de muito suspeitar essas reuniões”²⁰.

Sobre a filial de Viseu quase nada é referido e não foi possível averiguar que tipo de atividades lá terão sido desenvolvidas. É brevemente mencionada na ata de assembleia ordinária do dia 31 de março de 1966, nos seguintes termos: “Foi perguntado se a filial de Viseu chegou a ter alguma comissão directiva, ao que foi respondido ter essa comissão directiva um único elemento, aliás actualmente a prestar serviço militar”.

Da venda de livros à intervenção social

Desde o início da sua formação, foi sempre intenção dos dirigentes e associados da UNICEPE promover o livro e a cultura entre os estudantes da cidade do Porto. Faziam-no não só através da exposição e venda de livros num espaço físico, aberto a todos, mas também através da organização de feiras do livro universitário. A isto somava-se a promoção de colóquios, conferências e mesas-redondas sobre os mais diversos assuntos (políticos, sociais, económicos, entre outros) e a emissão e distribuição de boletins com informações culturais.

Em entrevista, José Alberto Monteiro recorda que a preocupação inicial era efetivamente possibilitar aos estudantes a compra de livros mais baratos, “quer fossem de estudo, de diversão, de cultura.

²⁰ Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fls. 32-33.

Inicialmente era isso”. Rapidamente começaram também a vender artigos de papelaria, discos e outro tipo de materiais. As feiras do livro universitário, realizadas durante o mês de novembro, atraíam centenas de estudantes. Monteiro refere:

Vendíamos de tudo um pouco. Mas os livros universitários quando eram aconselhados pelos professores... Naquela altura havia uma procura muito grande dos cursos de Engenharia Química, ali pelos anos 1970. Eram para aí 120 alunos e havia livros recomendados pelos professores que nós importávamos. Tivemos a sorte de descobrir alguns títulos das Edições de Moscovo que foram adotados na Faculdade de Engenharia, em Eletrotecnia. Os próprios professores não os conheciam. Nós arriscámos, importámos e começámos a vender. Ninguém conhecia as Edições Sociais, só nós é que conhecíamos... [em entrevista, a 22/11/2015]

Para além da comercialização de livros técnicos, na UNICEPE foi sempre possível encontrar livros proibidos, nacionais e importados, e uma série de panfletos e revistas com propaganda política contra o regime: “Havia livros proibidos. Vendiam-se livros proibidos. Importavam-se. Alguns ficavam no correio, outros eram-nos entregues” [José Alberto Monteiro, em entrevista, a 22/11/2015]. Zita Seabra, no seu livro de memórias, *Foi Assim* (2007), faz referência aos tempos em que frequentava a UNICEPE e aos vários livros que por lá era possível encontrar:

Livros de clássicos do marxismo, livros de Lenine, Marx e Engels, romances de autores portugueses proibidos, como por exemplo do Luandino Vieira, ou do Abelaira, ou dos neo-realistas, livros de divulgação tipo marxismo-leninismo para analfabetos como *O Processo Histórico* (leitura obrigatória), poesia revolucionária de Luís Veiga Leitão, ou de António Gedeão, autores de romances estrangeiros obrigatórios como o já referido Jorge

Amado mas também, por exemplo, Roger Martin du Gard, ou Kafka. Vendia-se tudo, lia-se tudo.²¹

Apesar da variedade de títulos disponíveis, o exercício da atividade livreira nem sempre foi fácil. Se por um lado acarretava problemas com a polícia política, como veremos mais adiante, por outro a UNICEPE sofria de discriminação por parte de livreiros, editoras e até do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros. Na ata n.º 4, referente à 4.ª Assembleia Geral e lavrada a 31 de março de 1965, é relatado:

[...] começavam a verificar a hostilidade de muitos livreiros para com a nossa cooperativa e outras congéneres, facto este que vem uma vez mais confirmar que dentro do actual condicionalismo em que vivemos, a criação de qualquer organismo comercial ou industrial que não tenha em vista uma política de lucro, [*sic*] é sempre indesejável.

Monteiro confirma que não havia nenhuma ou quase nenhuma editora que colaborasse de boa vontade com a UNICEPE e uma das razões para isso era não lhes agradar o desconto de dez por cento que a cooperativa oferecia aos associados. A Direção da UNICEPE justificava esse desconto com o pagamento da cota trimestral a que os sócios estavam sujeitos, assim como a obrigatoriedade de entrada com o capital inicial. Na ata supracitada, alude-se à “má vontade demonstrada pela Direcção do Grémio dos Editores e Livreiros” que protelava constantemente a aprovação da inscrição da cooperativa.

Muitos destes problemas foram ultrapassados recorrendo à LIVRELCO. Esta cooperativa, talvez por ser mais antiga, era agremiada e isso fazia com que as livrarias também agremiadas

²¹ Zita SEABRA, *Foi Assim*. Lisboa, Alêtheia, 2007, p. 18.

fossem obrigadas a satisfazer os seus pedidos de fornecimento. Foi, aliás, este espírito de cooperação entre várias entidades, especialmente as sediadas no Porto, que permitiu à UNICEPE desenvolver muitos dos seus projetos. Na segunda metade da década de 1960, a cidade fervilhava com um conjunto de casas e organizações que procuravam construir alicerces para a tão desejada democracia. Nomes como os da cooperativa *Árvore*, do Teatro Experimental do Porto, Cineclube, Teatro Universitário do Porto, Cooperativa do Povo Portuense ou mesmo Clube Fenianos eram conhecidos pela comunidade estudantil e o espírito de *entreatajuda* era grande, quanto mais não fosse pela disponibilidade de cedência de instalações para a realização de assembleias, conferências e colóquios.

Nestas conferências, abertas ao público, palestraram reconhecidos intelectuais antifascistas, personalidades desafetas ao regime, como Urbano Tavares Rodrigues e Óscar Lopes, que tratavam de temas tabu, exaltavam escritores como Sartre e Jorge Amado e condenavam a censura. Os agentes da PIDE estavam presentes, infiltrados, e recorda José Alberto Monteiro:

Eles estavam lá e nós sabíamos. Contávamos com eles. Tomavam-se algumas precauções, mas não podíamos fazer nada. É evidente que quando há aquele colóquio na Cooperativa do Povo Portuense, promovido por nós, [... em que pela] primeira vez se fala contra a Guerra Colonial... O Dr. António José Saraiva, a seguir à vinda dele do exílio, faz uma conferência a nosso convite em que se declara claramente contra a Guerra Colonial e debate ideias com as pessoas que lá estão. É evidente que a PIDE tinha de lá estar, mais não fosse porque era o António José Saraiva que estava ali. [em entrevista, a 22/11/2015]

Para além destes encontros, anunciados e de porta aberta, havia reuniões mais discretas nas instalações da cooperativa, que,

entretanto ampliada, contava com um espaço de convívio com bar. Com regularidade, ao sábado à tarde, um grupo de número variável de associados encontrava-se para debater ideias. Monteiro refere que nesses dias o movimento de clientes era menor, a UNICEPE estava aberta e as pessoas juntavam-se ali, em vez de se juntarem em cafés. Falava-se de tudo, discutia-se política como se discutia outro qualquer assunto, “às vezes até nos interessava mais a política internacional do que a portuguesa”. Vasco Graça Moura era um dos presentes, assim como outros intelectuais da cidade do Porto.

Como mencionado, a emissão e distribuição de boletins gratuitos era mais uma forma de comunicar com os associados, angariar novos sócios e intervir social e culturalmente. O conteúdo dos boletins era variado: se por um lado transmitiam informações gerais sobre a cooperativa, davam conta dos problemas que esta enfrentava e apresentavam propostas para solucioná-los e faziam um ponto de situação sobre a liquidez financeira da cooperativa; por outro apresentavam novidades editoriais, comentavam e sugeriam obras literárias (quase sempre versando assuntos incómodos para o regime, como a liberdade de expressão, a democracia, o humanismo, a luta de classes e o ataque ao capitalismo estadunidense), reproduziam entrevistas com autores e resenhavam revistas como *O tempo e o modo*, *Espaço*, *Vértice*, *Cadernos Culturais* (todas elas com pendor crítico ao regime, algumas encerradas pelo governo em 1972, como se mencionará adiante).

Na 1.ª Reunião das Cooperativas Livreiras de Estudantes, realizada na sede da UNICEPE nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1966, onde participaram as direções da LIVRELCO, da UNITAS e da UNICEPE, estudaram-se formas de aumentar o cooperativismo estudantil. Uma das hipóteses colocadas em cima da mesa foi a criação de um boletim conjunto, intitulado *COOPERAÇÃO ESTUDANTIL – Boletim das Cooperativas Livreiras de Estudantes*, que compilasse informações bibliográficas de livros técnicos e culturais, portugueses

ou estrangeiros, informações associativas das três cooperativas e colaborações autorais identificadas de caráter crítico, cultural e associativo. Na mesma reunião manifestou-se a intenção de iniciar uma atividade editorial conjunta, com a chancela *COOPERAÇÃO ESTUDANTIL*²². Não foram encontrados registos de que esta iniciativa se tenha efetivamente materializado. Em todo o caso, a concertação de todas estas ações fazia da UNICEPE um importante foco de resistência e intervenção social que não podia deixar de preocupar o governo vigente.

Uma cooperativa de estudantes que resiste ao Estado Novo (1963-1974)

Mesmo antes da sua fundação, a UNICEPE estava destinada a ter uma existência em permanente confronto com as autoridades. A própria opção por constituir uma cooperativa deu-se em parte para tirar partido de “uma lacuna legislativa que excluía [as cooperativas] da obrigatoriedade de verem os seus estatutos sujeitos a aprovação legal e a eleição dos seus dirigentes ratificada pelo governo”²³. A mesma oportunidade foi aproveitada por várias das cooperativas supramencionadas e por outras, de caráter cultural, como a Pragma e a Confronto.

A UNICEPE esteve desde o início, como vimos, na mira da polícia política. Os arquivos da Torre do Tombo mostram que, pelo menos a partir de 1965, a PIDE fazia um relatório semanal sobre a atividade da cooperativa. As autoridades preocupavam-se

²² Boletim n.º 7 da UNICEPE. Consultado em: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fl. s/n.

²³ Mário Brochado COELHO, *Confronto – Memória de uma cooperativa cultural. Porto 1966-1972*. Porto, Edições Afrontamento, 2010, p. 12.

com as pessoas que a frequentavam, com os debates públicos que promoviam e com os livros que vendiam.

José Alberto Monteiro recorda que as apreensões feitas pela polícia eram regulares e que os funcionários já conheciam os agentes: “Procuravam por todas as estantes e levavam dois ou três livros. Às vezes ignoravam o que estava nos escaparates e iam para as estantes. Levavam uma lista e as novidades ainda não faziam parte dessa lista” [em entrevista, a 22/11/2015]. Monteiro refere também que a PIDE se preocupava sobretudo com livros que pusessem em causa o Estado Novo, mais até de autores portugueses do que publicações estrangeiras. Ainda assim, havia cuidado em esconder os livros considerados perigosos:

Guardávamos na “adega” os livros proibidos ou aqueles que julgávamos que podiam ser proibidos e outras coisas que tínhamos a mais, era o nosso armazém. Depois tínhamos um sítio mais esconso a que chamávamos “frigorífico”, era quase impossível dar com ele, aí escondíamos aqueles que podiam dar muitos problemas. [José Alberto Monteiro, em entrevista, a 22/11/2015]

A venda de livros proibidos pelo regime era feita com discrição e apenas a associados de confiança. Rui Vaz Pinto revela algumas das técnicas utilizadas entre clientes e funcionários para desviar atenções indesejadas: “Por exemplo, se vinham à procura de um livro de Lenine, pediam um livro do Vladimir, se era do Marx, diziam do Karl M. Diziam coisas assim para não atrair”²⁴. No entanto, e apesar das ameaças, os agentes policiais nunca fizeram uma revista completa à livraria, não chegaram sequer a entrar na denominada “adega”, ainda que, refere Monteiro, fosse provável que

²⁴ Rui Vaz Pinto em entrevista a Maria João LEITE (2013), “Unicepe: 50 anos de resistência e de afetos”: *A Página*, Edição N.º 201, série II, em <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=561&doc=14513&mid=2> (consultado a 20/12/2015).

soubessem que havia ali um espaço de armazenamento de livros. Com ou sem apreensões, as visitas eram regulares e os escaparates escrutinados. No relatório extraordinário da PIDE/DGS de março de 1964, é feita a seguinte anotação:

Na Sede desta Cooperativa encontram-se já expostos vários livros, para consulta dos associados, sendo muitos de feição socialista: “Os três leões”, “Geografia da Fome”, “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, “Dez Eclogas”, de Leão Tolstói, “Introdução à Sociologia, Cultura e Democracia”, de Vitorino de Sá, “Perspectivas do Século XIX”, “A centelha da vida”, de Erich Maria Remarque, “Manual de Sociologia” e “História das Doutrinas Económicas”, de Erich Rol.

Além destes há outros livros de estudo e ainda vários romances e fascículos de lições por professores de Faculdades diversas, fornecidos pela “Livrelco”. [...]

Têm em exposição livros brasileiros de notória tendência comunista.²⁵

Outros relatórios que fazem parte do processo da PIDE/DGS relativo à UNICEPE mostram que as entidades governativas estiveram sempre presentes nas conferências e colóquios promovidos pela UNICEPE e, inclusivamente, nas Assembleias Gerais. No entanto, Monteiro refere que nunca houve problemas sérios ou retaliações:

Eles naquela altura interessavam-se muito pelos comunistas, a repressão era direcionada às estruturas clandestinas do Partido Comunista ou individualmente, perseguiram as pessoas individualmente ou em reuniões clandestinas. Como nós abrimos

²⁵ Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fls. 51-52.

os colóquios, as conferências e cursos a toda a gente... A PIDE andou um bocado confundida. [em entrevista, a 22/11/2015]

Não obstante, foram várias as tentativas do regime de condicionar a UNICEPE e outras cooperativas ou associações, fosse pela apreensão de bens – neste caso, livros –, fosse pela ação legislativa. Houve dois períodos particularmente críticos, em 1968 e em 1971/72, que puseram em causa a continuidade da cooperativa. O de 1968 é mencionado num boletim intitulado “Estante”, com data de 12 de agosto de 1968, enviado a todos os associados, onde pode ler-se:

No Diário do Governo de 14 de Junho de 1968 veio publicado o Parecer da Procuradoria Geral da República sobre o carácter de sociedades ou de associações das Cooperativas. [...]

É ainda de Parecer a Procuradoria Geral da República que deveriam ser sujeitas à tutela administrativa aquelas Cooperativas que apresentassem o carácter de associação.

Neste sentido a UNICEPE foi notificada, por despacho do Ministério do Interior, para apresentar no prazo de 30 dias (até 5 de Setembro de 1968) os seus estatutos ao Governador Civil do Porto, sem o que, a partir dessa data, seria considerada uma associação secreta.

José Alberto Monteiro recorda bem as dificuldades que encontraram para contornar este problema e refere que, mais uma vez, a solução surgiu a partir da intervenção de Armando Castro:

A poucos dias de entrar em vigor a lei, ainda não tínhamos os estatutos preparados, sabíamos que tínhamos de cumprir aquele prazo, mas tínhamos muitas dúvidas. Então, num dia à noite, numa reunião, numa noite de verão, as dúvidas eram tantas que pensámos “a gente precisa de alguém que nos ajude”. Telefonámos para o Dr. Armando Castro que estava a passar férias em casa da família, ali para os lados de Famalicão. Ele recebeu-nos na

casa dele, com o irmão, a mãe, gente muito simpática, muito solícita, muito colaborante. Então a mãe, que na altura já não era uma senhora jovem, recebeu-nos de uma forma fantástica, incentivando-nos a ir para a frente. E a partir daí saímos de lá com umas ideias mais claras do que havíamos de fazer. Acabámos por alterar os estatutos na parte em que a lei nos obrigava, apresentámos e esperámos pela aprovação que veio. E não houve problema. [em entrevista, a 22/11/2015]

De facto, anexada aos relatórios da PIDE/DGS, encontra-se uma cópia do requerimento que a UNICEPE, por via do Presidente da Direção na altura, Francisco José Névoa de Melo, endereçou ao Ministro do Interior, datado de 4 de setembro de 1968 (dia anterior ao fim do prazo concedido pelo Ministério). É solicitado que, sendo reconhecido o caráter económico lucrativo comprovado pelos estatutos da cooperativa (agora corrigidos), esta seja dispensada de cumprir as determinações de um despacho ministerial que não se lhe aplica²⁶.

Três anos mais tarde, a 24 de novembro de 1971, foi publicado em *Diário do Governo* o Decreto-Lei n.º 520/71 que anunciava:

Art. 1.º – Sempre que as sociedades cooperativas se proponham exercer, ou efectivamente exerçam, actividade que não seja exclusivamente económica, de interesse para os seus associados, ficam sujeitas ao regime legal que regula o exercício do direito de associação. [...]

As sociedades cooperativas já existentes e abrangidas pelo disposto no art. 1.º deverão, no prazo de sessenta dias, submeter os respectivos estatutos à aprovação da autoridade competente.²⁷

²⁶ Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fl. 29.

²⁷ M. B. COELHO, op. cit., p. 151.

Como refere Mário Brochado Coelho, esta medida repressiva obrigava as cooperativas a um tratamento idêntico ao das associações, ficando sujeitas às arbitrariedades do regime. Apesar de as cooperativas terem reagido rapidamente, pedindo a revogação do decreto-lei num comunicado assinado por 27 entidades (das quais fazia parte a UNICEPE)²⁸, a verdade é que muitas delas acabaram extintas²⁹, não vendo os seus estatutos aprovados devido à “reduzida actividade económica e em consideração que a sua actividade se tem revelado contrária à ordem social e, conseqüentemente, ofensiva do bem público”³⁰.

Mais uma vez, a UNICEPE terá escapado por ter sido considerada uma cooperativa exclusivamente económica, algo que foi salvaguardado nos seus estatutos. Já a LIVRELCO, em Lisboa, não teve a mesma sorte. A verdade é que esta cooperativa portuense de “estudantes de filiação esquerdista” com “um cunho acentuadamente hostil” ao regime³¹ nunca chegou a fechar portas e as intervenções da PIDE/DGS foram sempre moderadas. Monteiro relata que mesmo quando havia confrontos no *Piolho* (um café onde os jovens tinham por hábito juntar-se), os estudantes refugiavam-se nas instalações

²⁸ Nomeadamente, “Árvore, AIL, Codes, Coopemba, Arrábida, Confronto, Alves Redol, Coordenadas, Estudos e Documentação, A Zambujalense, Trabalhadores de Portugal, Devir, Fraternidade Operária, Grau, Húmus, Livrelco, Livrope, Ludus, Pragma, Poelium, Sextante, Eudóximo, Filantrópica da Póvoa de Varzim, Casa-Museu Abel Salazar, Unicepe, Unitas e Vis”. M. B. COELHO, op. cit., p. 152.

²⁹ Numa comunicação enviada aos sócios da UNICEPE, a 28 de outubro de 1972, é referido que, à data, já teriam sido extintas as cooperativas Coordenadas, Confronto, “Devir, Trabalhadores de Portugal, Vis, Proelium, Centro Popular Alves Redol, Húmus, Eudóximo, Sextante e Grau de Viseu”. Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fls. 3-4.

³⁰ Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fl. 4.

³¹ Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fl. 44.

da UNICEPE e não eram perseguidos. Para isso, acredita, contribuía o facto de estarem ligadas à cooperativa pessoas muito influentes da cidade do Porto, como Armando Castro, outros advogados de renome ou médicos do Hospital de Santo António [José Alberto Monteiro, em entrevista, a 22/11/2015].

O 25 de Abril foi vivido com euforia: “Foi o dia mais feliz da minha vida” [José Alberto Monteiro, em entrevista, a 22/11/2015]. Estava tudo a postos para abrir as portas da livraria, quando surgiu a notícia de que algo se estaria a passar, embora ninguém soubesse exactamente o quê. A especulação era muita e as ligações ao Porto cedo foram cortadas. Várias pessoas acorreram às instalações da UNICEPE, trazendo notícias diversas. “Por volta das quatro ou cinco da tarde soubemos que havia elementos das Forças Armadas a ocupar a Avenida dos Aliados; então, fechámos a UNICEPE e viemos para a festa, que começava ali” [José Alberto Monteiro, em entrevista, a 22/11/2015].

Considerações finais

Criada para dar “resposta prática à importância que o livro e a cultura representam na vida do estudante”³², a UNICEPE acabou por transformar-se num núcleo aglutinador, num espaço de convívio onde era possível debater ideias e evoluir intelectualmente. O crescimento foi acentuado até ao 25 de Abril, chegando aos 3810 associados. Mais ou menos envolvidos, por lá passaram nomes que já na altura se destacavam no panorama cultural português, ou que vieram a destacar-se mais tarde, como Zeferino Coelho, Manuel António Pina, Óscar Lopes, Egito Gonçalves, Vasco Graça Moura, Luís Veiga Leitão, Urbano Tavares Rodrigues, entre outros.

³² Ata n.º 5, lavrada a 15/12/1965, referente à 5.ª Assembleia Geral da UNICEPE.

Atualmente, a UNICEPE conta com cerca de 7500 associados. Se alguns dos pressupostos iniciais estão hoje cumpridos, com a possibilidade de os estudantes se juntarem em associações, de verem liberalizado o acesso à cultura e facilitado o acesso a todo o tipo de livros, há um caminho que não se esgota. As vendas de livros universitários foram substituídas por obras de ficção, poesia, ensaios, mas a organização de atividades culturais mantém-se, com a promoção de jantares entre associados, tertúlias e encontros com escritores. Num comunicado datado de 19 de novembro de 2000 e distribuído pelos associados a propósito do trigésimo sétimo aniversário da UNICEPE, a Direção anunciava que ainda havia muito espaço “na luta contra a uniformização da cultura e da informação” e que ainda seria possível oferecer aos associados “os livros que as grandes superfícies e as grandes cadeias de livrarias rejeitam porque não são boa fonte de lucro, mas são marcos da nossa cultura e pensamento”³³. Esse é o caminho que continua a ser trilhado pela única cooperativa livreira que sobreviveu ao Estado Novo.

Referências bibliográficas

- ACCORNERO, Guya, *Efervescência Estudantil: Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.
- AGUDO, João Dias, *Cooperativas de consumo*. Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- ANTUNES, Henriqueta, *Relatório de Estágio nas Edições Afrontamento*. Dissertação de Mestrado em Estudos Editoriais. Aveiro, Departamento de Línguas da Universidade de Aveiro, 2011.
- AZEVEDO, Cândido de
— *Mutiladas e Proibidas. Para a História da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo*. Lisboa, Editorial Caminho, 1997.

³³ Este comunicado, intitulado “Memória” e assinado por “A Direcção”, foi distribuído, à data, pelos associados da UNICEPE. A autora consultou-o na sede da UNICEPE, tendo-lhe sido gentilmente cedido um exemplar.

- *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano: imprensa, teatro, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa, Editorial Caminho, 1999.
- BEJA, Rui
- *A edição em Portugal 1970-2010: Percursos e perspectivas*. Lisboa, Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, 2012.
- *Democracia do livro em Portugal: Transições, Protagonistas e Evolução Sociocultural*. Lisboa, Âncora Editora, 2019.
- CAMEIRA, Emanuel, *A & etc de Vitor Silva Tavares: narrativa histórico-sociológica*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2018.
- COELHO, Mário Brochado, *Confronto – Memória de uma cooperativa cultural. Porto 1966-1972*. Porto, Edições Afrontamento, 2010.
- CRAVO, Nuno, *Civilização Editora – 130 anos no universo familiar dos livros*. Dissertação de Mestrado em Estudos Editoriais. Aveiro, Departamento de Línguas da Universidade de Aveiro, 2009.
- GOMES, Eva, *O comércio alfarrabista no século XX: a Livraria Académica*. Dissertação de Mestrado em Estudos Editoriais. Aveiro, Departamento de Línguas da Universidade de Aveiro, 2010.
- LEITE, Maria João, “Unicepe: 50 anos de resistência e de afetos”: *A Página*, Edição N.º 201, série II, 2013, <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=561&doc=14513&mid=2> (consultado a 20/12/2015).
- LEITE, Pedro Pereira, *Mercadores de letras: Rumos e estratégias dos editores e livreiros na divulgação cultural durante o Estado Novo (1933-1974)*. Lisboa, Marca D'Água, 2009.
- LISBOA, Irene, *Inquérito ao livro em Portugal. I – Editores e livreiros*. Lisboa, Seara Nova, 1944.
- MARQUES, Pedro Piedade, *Editor Contra: Fernando Ribeiro de Mello e a Afrodite*. Lisboa, Montag, 2015.
- MAUÉS, Flamarion, *Livros que tomam partido: Edição e revolução em Portugal – 1968-1980*. Lisboa, Parsifal, 2019.
- MEDEIROS, Nuno
- *Edição e editores: Mundo do livro em Portugal 1940-1970*. Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2010.
- *D'O Recreio à Livraria Romano Torres: Edição para o grande consumo no Portugal contemporâneo*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa, Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2018.
- *O livro no Portugal contemporâneo*. Lisboa, Outro Modo, 2018.
- MELO, Daniel, *História e Património da edição: a Romano Torres*. Famalicão, Editora Húmus, 2016.
- NAMORADO, Rui, *Os princípios cooperativos*. Coimbra, Fora do Texto, 1995.

- OLIVEIRA, Marta, *Livraria Sá da Costa: uma livraria e editora através da História (1913-2011)*. Dissertação de Mestrado em Estudos Editoriais. Aveiro, Departamento de Línguas da Universidade de Aveiro, 2011.
- PORTO, Carlos, *Livrarias e livreiros 1945 – 1994. Histórias portuenses*. Porto, Livraria Leitura, 1994.
- PRÍNCIPE, César, *Os Segredos da Censura*, 3.^a ed. Lisboa, Editorial Caminho, 1994.
- RODRIGUES, Graça Almeida, *Breve História da Censura em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.
- SEABRA, Zita, *Foi Assim*. Lisboa, Alêtheia, 2007.
- VIEIRA, António; RICARDO, Cipriano; MARTINS, Dario, *R24. Memórias da República 24 de março*. Porto, 2013.